PLANO DE ENSINO
DIREITOS DAS CRIANÇAS, IDOSOS E DEFICIENTES
CARGA HORÁRIA: 80 HORAS

EMENTA

O Sistema de Garantia de Direitos; Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Adolescente infrator; Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares; Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso. Pessoa com Deficiência.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Sintetizar a trajetória da construção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Explicar o que é e o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Descrever a evolução dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Analisar o conceito de adolescência e os fatores de risco dessa faixa etária em relação à infração. Aprender acerca da legislação das crianças, idosos e as pessoas deficientes intelectuais, físicas e invisíveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Sistema de Garantia de Direitos
Constituição histórica
Legislação, conceito e estrutura
A efetivação de direitos na contemporaneidade

Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Contexto econômico e político dos anos 1980 e o processo de mobilização popular no Brasil
O Estatuto da Criança e do Adolescente e a doutrina de proteção integral
Desafios das políticas públicas para o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos

Estatuto da Criança e do Adolescente
Infância e adolescência no Brasil: da punição à proteção
Estatuto da Criança e do Adolescente: a organização da proteção integral
Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

Adolescente infrator
A adolescência e os fatores de risco para a conduta infracional
A história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil
A política de atendimento, as medidas de proteção e o ato infracional no ECA

Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares
Participação da sociedade civil na gestão pública a partir da Constituição Federal de 1988
Lei no. 8.080, Lei no. 8.069 e Lei no. 8.742
Competências e responsabilidades dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares
Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente

Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso

Trajetória histórica das políticas sobre o envelhecimento

Política Nacional do Idoso

Estatuto do Idoso

A administração pública na atenção à pessoa idosa

Interpretação integralizada da pessoa idosa enquanto cidadão

A pessoa com deficiência na sociedade contemporânea.

Direitos fundamentais e garantias constitucionais.

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei no 13.146/2015

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)

Crimes contra à pessoa com deficiência: características e procedimentos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As aulas à distância serão realizadas em vídeo aulas, material disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atividades de apoio para exploração e enriquecimento do conteúdo trabalhado, fóruns de discussão, atividades de sistematização, avaliações e laboratórios práticos virtuais.

RECURSOS DIDÁTICOS

Livro didático;

Vídeo aula;

Fóruns;

Estudos Dirigidos (Estudo de caso);

Experimentos em laboratório virtual;

Biblioteca virtual;

Atividades em campo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A distribuição dos 100 pontos acontecerá da seguinte forma durante o período de oferta da disciplina:

- Fórum de Discussão Avaliativo: 10%
- Estudo Dirigido:10%
- Avaliação Parcial I: 15%
- Avaliaçao Parcial II: 15%
- Avaliação Final: 50%

Caso o aluno não alcance no mínimo 60% da pontuação distribuída, haverá a Avaliação Suplementar com as seguintes características:

- Todo o conteúdo da disciplina.
- Valor: 100 pontos
- Pré-requisito: Resultado Final >= 20 e <60
- Regra: (Resultado Final + Nota Prova Suplementar) / 2
- Média final para Aprovação: >= 60 pontos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. O benefício de prestação continuada (BPC): guia para técnicos e gestores da assistência social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, SNAS, 2018. DispoLei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 17 nível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/Guia_BPC_2018.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

MELIN, J. I. Trajetória da proteção social brasileira à infância e à adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas. Serviço Social & Saúde, Campinas, v. 11, n. 2, p. 167–184, 2012.

RODRIGUES, Oswaldo Peregrina. Direitos da pessoa idosa. 2. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 21 nov. 2023.

SIMÕES, C. Curso de direito e serviço social. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAZÍLIO, L. C. Avaliando a implantação do estatuto da criança e do adolescente. In:

BAZILIO, L. C.; KRAMER, S. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003.

CERQUEIRA, T. T. P. L. P. Manual do estatuto da criança e do adolescente: teoria e prática. São Paulo: Premier Máxima, 2005.

FALEIROS, V. P. Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. Revista Ágora, Rio de Janeiro, v. 1, no. 1, p. 1-9, 2004.

LIBERATI, W. D.; CYRINO, C. P. B. Conselhos e fundos no estatuto da criança e do adolescente. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MPRP. Ministério Público do Paraná. Política de Atendimento estabelecida no ECA. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1216.html. Acesso em: 11 abr. 2019

SOUSA, M. F. Conceitos básicos de monitoramento e avaliação. Curso de ambientação para servidores do INEP. Brasília: ENAP, 2013. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/992/1/SOUSA%2C%20Marconi%20Fernandes%20-%20Conceitos%20B%C3%a1sicos%20de%20Monitoramento%20e%20Avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf.